

MPA_021 Código florestal e recursos hídricos

1. As áreas especialmente protegidas: definição e objetivos;
2. As áreas especialmente protegidas no contexto da Política Nacional do Meio Ambiente e da Política Nacional de Recursos Hídricos;
3. Modalidades de áreas especialmente protegidas no Brasil;
4. Elementos de análise de paisagem aplicados à gestão de áreas protegidas;
5. Histórico da legislação brasileira aplicada às áreas protegidas;
6. Áreas de Preservação Permanente (APP): localização, funções, possibilidades de utilização;
7. Reservas Legais (RL): critérios para localização, funções, possibilidades de utilização;
8. Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Plano de Recuperação Ambiental (PRA);
9. Instrumentos de incentivo econômico (compensação de RL, certificações, pagamento por serviços ambientais).

Bibliografia:

ANDRADE, D. C.; FASIABEN, M. C. R. (2009). A utilização dos instrumentos de política ambiental para a preservação do meio ambiente: o caso dos pagamentos por serviços ecossistêmicos. In: VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Cuiabá. Anais do VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 2009.

EUROPARC-España. (2010). Mecanismos financieros innovadores para la conservación de la biodiversidad. Madrid: Ed. FUNGOBE.

MARQUES, E. M.; RANIERI, V. E. L. (2012). Determinantes da decisão de manter áreas protegidas em terras privadas: o caso das reservas legais do Estado de São Paulo. Ambiente e Sociedade [online], v. 15, n.1, p. 131-145.

MARTINELLI, L. A. et al. (2010). A falsa dicotomia entre a preservação da vegetação natural e a produção agropecuária. Biota Neotropica, v. 10, n. 4. Disponível em:

<http://www.biotaneotropica.org.br/v10n4/pt/abstract?point-of-view+bn00110042010>

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. (2011). Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC. 44p.

METZGER, J. P. (2010). O Código Florestal tem base científica? Natureza & Conservação, v.8, n. 1. p. 92-99.

RANIERI, V. E. L.; MORETTO, E. M. (2012). Áreas protegidas: por que precisamos delas?

In.: CALIJURI, M. C.; CUNHA, D. G. F. Engenharia Ambiental: conceitos, tecnologia e gestão. São Paulo: Elsevier, 2012, v. , p. 717-740.

SILVA, J. A. A.; NOBRE, A. D. MANZATTO, C. V.; JOLY, C. A.; RODRIGUES, R. R.;

SKORUPA, L. A.; NOBRE, C. A.; AHRENS, S.; MAY, P. H.; SÁ, T. D. A. ; CUNHA, M. C.; RECH FILHO, E. L. (2011). O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo. ISBN 978-85-86957-16-1, São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SPBC; Academia Brasileira de Ciências, ABC. 124 p.

ZAKIA, M. J; PINTO, L. F. G. (2013). Guia para aplicação da nova lei em propriedades rurais. Piracicaba, SP: Imaflora. Disponível em: .